

Centrais de Abastecimento de Campinas S.A.

CEASA

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - CEASA

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

1 Contexto operacional

As Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - CEASA ("CEASA" ou "Companhia") é uma sociedade de economia mista, implantada nos termos do Decreto nº 70.502, de 11 de maio de 1972, cuja gestão, a partir de 12 de dezembro de 1989, compete à Prefeitura de Campinas, nos termos da Lei Municipal nº 6.111, de 1º de novembro de 1989. A Companhia tem sua sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 140,5 - SP 065 - Pista Norte - Barão Geraldo - Campinas - SP, e mantém em funcionamento uma filial situada no mesmo endereço da sua sede.

A CEASA tem como principal objeto a constituição, instalação, administração, autorização de uso de área e permissão de espaço nas Centrais de Abastecimento, Horto Mercados, Varejões e Sacolões destinados à comercialização, distribuição e colocação de produtos hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, além dos demais serviços de apoio compatíveis com suas finalidades.

A CEASA executa por meio de convênio assinado com a Prefeitura de Campinas o programa de segurança alimentar e nutricional Banco de Alimentos que tem por finalidade a arrecadação de alimentos não perecíveis em indústrias, supermercados, empresas, campanhas de arrecadações, eventos e entre outros. Através da Secretaria Municipal Assistência Social e Segurança Alimentar são cadastradas 121 entidades assistenciais da cidade. Todas as doações que chegam ao Banco de Alimentos passam por uma análise técnica e depois são distribuídas, também são atendidos outros pedidos em caráter de urgência conforme a demanda da secretaria, incluindo os abrigos municipais e outros projetos sociais. Esse programa tem atendido aproximadamente 32.030 pessoas mensalmente. Além disso, o órgão visa conscientizar a sociedade desenvolvendo atividades educativas sobre alimentação saudável, oficinas de culinária sobre aproveitamento integral dos alimentos, palestra sobre higiene e manipulação de alimentos.

A Companhia administra o convênio "Programa Municipal de Alimentação Escolar" da Prefeitura de Campinas, que tem por finalidade a segurança alimentar da população escolar do município. A operacionalização do Programa requer planejamento, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo, para aquisição e distribuição dos gêneros alimentícios que são utilizados na confecção dos cardápios semanais referentes às merendas das 546 unidades escolares municipais, estaduais e entidades conveniadas, localizados no município, conforme quadro abaixo:

UNIDADES ESCOLARES ATENDIDAS EM 2023 POR TIPO DE ENSINO - 546



TIPO DE ENSINO	QUANTIDADE DE UNIDADES
BEM QUERER	25
CEI	144
EMEF	46
ESTADUAIS	163
NÚCLEOS	46
ETEC	02
ENTIDADES	47
FUMEC	71
CEPROCAMP	02
TOTAL	546

Com o intuito de atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, formando e recuperando hábitos alimentares saudáveis, através de uma alimentação de qualidade e adequados à faixa etária e condições sócio econômicas, disponibilizamos 15 tipos de cardápios para as unidades. Realizamos controle de normas técnicas e higiênico-sanitária através de visitas realizadas pela equipe técnica da Ceasa. São, em média, 290.231 refeições por dia, priorizando os alimentos in natura como frutas, verduras e legumes conforme quadro abaixo:

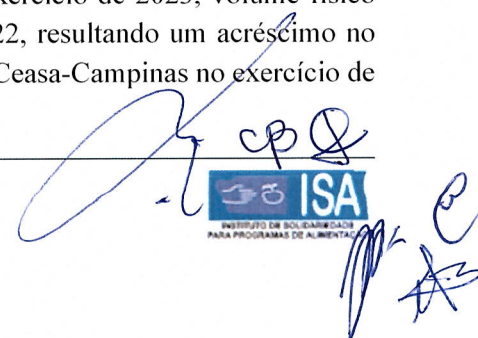
REFEIÇÕES SERVIDAS EM 2023 POR TIPO DE ENSINO

TIPO DE ENSINO	TOTAL ANUAL*	MÉDIA MENSAL	MÉDIA DIÁRIA
BEM QUERER	5.821.000	566.114	29.105
CEI	14.348.000	1.388.789	71.740
EMEF	6.904.400	618.262	34.522
ESTADUAIS	20.758.000	1.820.772	103.790
NÚCLEOS	2.607.000	255.427	13.035
ETEC	530.000	46.864	2.650
ENTIDADES	6.636.400	650.701	33.182
FUMEC	402.400	36.216	2.012
CEPROCAMP	39.000	3.510	195
TOTAL EM 2023	58.046.200	5.386.655	290.231

*200 DIAS LETIVOS

O Mercado Permanente de Flores e Plantas Ornamentais da Ceasa-Campinas movimentou no ano de 2023 5.214,50 toneladas contra 6.696,08 em 2022, apresentando uma redução de 22%. O valor financeiro, em reais, movimentado em 2023 foi de R\$ 24.527.169,10 contra R\$ 26.418.618,82 em 2022, representando uma redução de 7%.

O Mercado de Hortifrúti da Ceasa-Campinas por sua vez, apresentou, no exercício de 2023, volume físico comercializado da ordem de 588.488 toneladas e 587.680 toneladas em 2022, resultando um acréscimo no volume de 0,14%. A comercialização do Mercado de Hortifrutigranjeiros da Ceasa-Campinas no exercício de



2023 foi de R\$ 2.615.495.862 e comparado ao exercício de 2022 que foi de R\$ 2.491.773.091, resultou um acréscimo de 4,96%.

A Ceasa e a Assoceasa fomentam as atividades do ISA - Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação, e arrecada doações de frutas, verduras e legumes dos permissionários, depois seleciona, separando os alimentos próprios para consumo humano dos não adequados para consumo, higieniza e distribui. Em média, as doações de hortifrúteis dos permissionários da CEASA no ano de 2023 somaram 2.620 toneladas e beneficiaram cerca de 104.545 pessoas por mês de forma direta ou indiretamente. Em 2023 o ISA atuou em 05 frentes de atendimento distribuindo as doações da seguinte forma: diretamente nos bairros, nas entidades assistenciais, às pessoas em tratamento paliativo, de forma esporádicas/eventos sociais e atendimento emergencial.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), em conformidade com as disposições da legislação societária brasileira, com os Pronunciamentos, com as Orientações e com as Interpretações Técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias a estas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às atividades da Administração na gestão da Companhia.

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

b) Moeda funcional e de apresentação

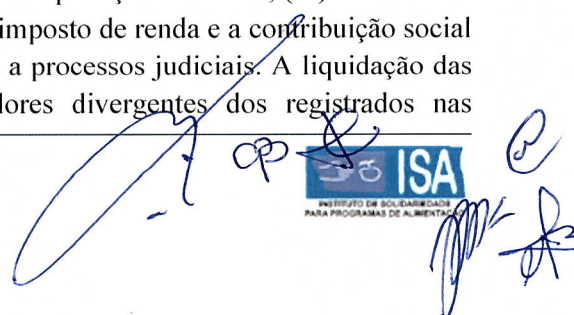
A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis da Companhia é o Real (R\$) e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem: (i) a determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e ativos intangíveis; (ii) a provisão para créditos de liquidação duvidosa; (iii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; (iv) o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos; e (v) a provisão para contingências vinculadas a processos judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas



demonstrações financeiras devido as imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras respeitando as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

a) Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

Os principais instrumentos financeiros ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez imediata.

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retirada nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo individual.

ii. Ativos financeiros registrados pelo valor justo

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

iii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b) Caixa e equivalentes de caixa



Equivalentes de caixa correspondem a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de custeio de curto prazo e não para investimentos e outros afins (nota explicativa nº 5).

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes (permissionários) são registradas pelos seus valores presentes, quando aplicável, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual foi constituída pela Administração em montante considerado suficiente para cobrir as eventuais perdas na sua realização, utilizando como critério a análise individualizada de cada permissionário.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

Para constituição de estimativa para redução ao valor realizável dos estoques são avaliados os itens estocados de forma a identificar itens obsoletos estocados, itens que possam ser específicos para manutenção de sistemas descontinuados, itens com data de validade expirada e itens de giro lento.

Se identificados itens nas condições acima, ao longo do exercício subsequente, passam a ser avaliadas as probabilidades de seu descarte, considerando as perspectivas de absorção do mercado, inicialmente na condição original e, em sua impossibilidade, na condição de inservível, e outros fatores que influenciem uma possível venda e recuperação parcial de valor.

e) Investimentos

São avaliados pelo método de custo de aquisição, reduzido mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

f) Imobilizado

i. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

ii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de componente. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Vida útil
• Edificações	25 a 80 anos
• Instalações	10 a 25 anos
• Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

• Urbanizações	10 a 40 anos
• Computadores e periféricos	5 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Veículos	4 a 5 anos
• Outros	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

i. Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. É composto basicamente por direito de uso de *softwares*.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para os direitos de uso de *softwares* é de 5 anos.

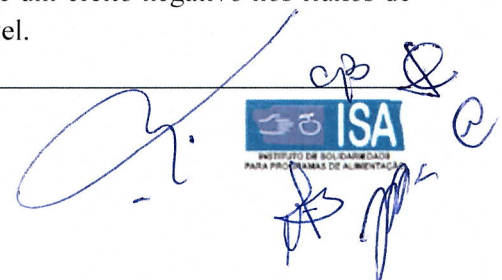
h) Redução ao valor recuperável

i. Ativos não financeiros

Os bens do imobilizado e os ativos intangíveis, têm em seu valor recuperável e testado sempre que há indicadores de perda de valor. Quando o valor contábil de referidos ativos ultrapassa seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício ou no patrimônio líquido caso seja resultado de avaliação patrimonial anterior.

ii. Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.



Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado, quando aplicável, é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação já constituída ou ainda não formalizada, apresentada como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

k) Receita operacional

A receita operacional oriunda da autorização do uso da área e permissão de espaço é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

i. Permissão de uso – CEASA

Consistem nas receitas de tarifas (aluguéis) derivadas da permissão de áreas nas Centrais de Abastecimento, Horto Mercados e Varejões.

ii. Convênio - Prefeitura de Campinas

Consiste em repasses da Prefeitura Municipal de Campinas para cobrir os custos com os Convênios Programa de Alimentação Escolar e Banco Municipal de Alimentos.

l) Tributação

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e

9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Tributos indireto

As receitas de vendas dos produtos e dos serviços prestados e receitas financeiras estão sujeitas aos impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas:

(a) Receitas de vendas dos produtos e dos serviços prestados:

- Contribuição para Programa de Integração Social (PIS): 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,6%.

(b) Receitas financeiras:

- Contribuição para Programa de Integração Social (PIS): 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 4%.

Esses tributos são apresentados como deduções das vendas e receitas financeiras na demonstração do resultado.

4 Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

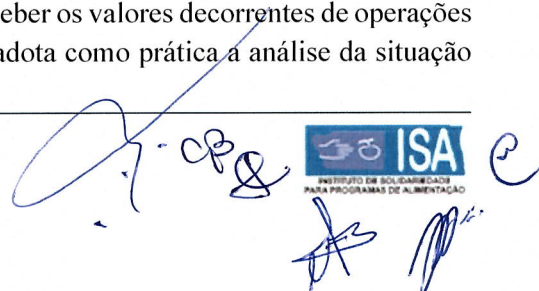
- Risco de Crédito
- Risco de Mercado

Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros não derivativos cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição a estes. As operações estão, substancialmente, registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito, de moeda e de taxa de juros.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas (permissão de uso) para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise da situação



patrimonial e financeira de seus clientes para sua aceitação como permissionário e efetua aplicações somente em instituições financeiras de primeira linha.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, em que há possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus ativos no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como fundos de investimentos e CDI), e mantém acompanhamento permanente do mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra risco de volatilidade dessas taxas.

5 Caixa e equivalentes de caixa (em milhares de reais)

	2023	2022
Caixa e Bancos	45	46
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	23.315	12.559
Provisão IRRF e IOF	(44)	(29)
	23.316	12.576

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimentos de renda fixa (CDI), possuem liquidez imediata, a qualquer momento podem ser resgatadas, dependendo simplesmente da necessidade de caixa da Companhia. Em 2023 as Aplicações Financeiras continuaram a ser contabilizados em seu valor líquido sendo descontados os valores projetados para IRRF e IOF.

6 Contas a receber (em milhares de reais)

	2023	2022
Partes relacionadas (nota 7)	47	-
Permissionários a receber (curto prazo)	<u>5.441</u>	<u>4.636</u>
	5.488	4.636
<i>Aging list</i> (Permissionários a receber)		
	2023	2022
A vencer	5.159	4.169
Vencidos de 1 a 30 dias	211	255
Vencidos de 31 a 60 dias	56	84
Vencidos de 61 a 90 dias	15	34
Acima de 91 dias	=	<u>94</u>
	5.441	4.636



Observação: a partir de 91 dias do vencimento é feita a provisão para liquidação duvidosa. Os depósitos judiciais existentes em 2022 referente ao processo 1014031-88.2022.8.26.0114 foram levantados a favor da CEASA em dezembro/2023.

7 Transações com partes relacionadas (em milhares de reais)

A parte controladora final é Prefeitura Municipal de Campinas ("PMC").

Saldo dos convênios:	2023	2022
Convênio - Alimentação Escolar (a) - Passivo Não Circulante	3.477	1.850
Convênio - Banco de Alimentos (b) - Passivo Não Circulante	-	43
Convênio - Banco de Alimentos (b) - Ativo Circulante	47	-

Movimentação das contas de resultado	2023	2022
Receita		
Convênio - Alimentação Escolar (a)	79.564	82.882
Convênio - Banco de Alimentos (b)	660	622
	80.224	83.504
Custos		
Convênio - Alimentação Escolar (a)	(79.558)	(82.848)
Convênio - Banco de Alimentos (b)	(688)	(623)
	(80.246)	(83.471)

Os saldos dos convênios mantidos no ativo ou passivo resultam da relação entre os repasses efetuados pela PMC e o custo efetivo da operacionalização dos programas, ou seja, repasse utilizado. Se os custos forem menores que os repasses haverá saldo no passivo e se o repasse ocorrer a menor do que o previsto o saldo estará no ativo.

Ao final do exercício de 2023 o saldo do Convênio do Programa Municipal de Alimentação Escolar foi registrado no passivo, mas o saldo do Convênio do Programa Banco Municipal de Alimentos foi registrado no ativo, devido ao repasse dos meses de novembro/23 e dezembro/23 ocorrerem apenas em janeiro/2024.

As transações com partes relacionadas são realizadas nas condições descritas abaixo.

a) Programa Municipal de Alimentação Escolar

Os repasses efetuados pela Prefeitura Municipal de Campinas são utilizados para custear a gestão e operacionalização do Programa Municipal de Alimentação Escolar que visa abastecimento, distribuição e preparação de alimentos nas escolas públicas do município de Campinas.

b) Programa Banco Municipal de Alimentos

Os repasses efetuados pela Prefeitura Municipal de Campinas são utilizados para custear parte das ações do Programa Banco Municipal de Alimentos, vinculado à Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

8 Estoques, Impostos a Recuperar, Despesas Antecipadas e Outros Créditos (em milhares de reais)

a) Estoques:

Em 31 de dezembro de 2023 a companhia apresentava um saldo de estoque de pequenos materiais de uso operacional para consumo próprio no valor de R\$ 247 e R\$ 211 em 2022.

b) Impostos a Recuperar:

Em 31 de dezembro de 2023 a companhia apresentava saldo de impostos a recuperar referente a valores pagos a maior em exercícios anteriores e provisão de IRPJ sobre rendimento de Aplicações Financeiras. O saldo total deste grupo contábil é R\$ 288 em 2023 e R\$ 147 em 2022.

c) Despesas Antecipadas:

Em 31 de dezembro de 2023 a companhia apresentava saldo de seguros e assinaturas a amortizar no valor de R\$ 448 e R\$ 416 em 2022.

d) Outros Créditos:

Em 31 de dezembro de 2023 a companhia apresentava saldo de adiantamento de férias, adiantamento de 13º salário, adiantamento para despesas, ressarcimento cessão funcionário e outros valores a recuperar no valor de R\$ 1.032 e R\$ 996 em 2022.

Handwritten signatures and initials, including "CB" and "ISA".

9 Imobilizado (em milhares de reais)

	Edificações	Terrenos	Urbanizações	Instalações	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento (*)	Benfeitoria em Imóveis de Terceiros (**)	Outros (****)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022												
Líquido	71.879	40.020	5.182	967	211	87	113	1	314	587	227	119.588
Movimentação												
Adições	113	313	72	803	21	202	5	0	364	0	723	2.616
Baixas	(817)	(313)	(1.430)	(239)	(41)	(171)	(19)	(5)	0	(146)	(776)	(3.957)
Depreciação	(2.659)	0	(773)	(285)	(39)	(55)	(21)	(1)	0	(29)	(3)	(3.865)
Baixas de depreciação	176	0	1.220	228	40	171	17	5	0	40	56	1.953
Provisão Perdas por Desvalorização	(42)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(42)
Reversão de Provisão de Perda	1.499	306	433	0	0	0	0	0	0	0	0	2.238
Saldo em 31 de dezembro de 2022												
Custo ou custo atribuído	115.440	40.326	14.284	3.421	1.816	1.365	302	945	678	637	296	179.510
(-) Depreciação acumulada	(45.291)	0	(9.581)	(1.948)	(1.625)	(1.132)	(207)	(945)	0	(185)	(71)	(60.985)
Líquido	70.149	40.326	4.703	1.473	191	233	95	(0)	678	452	225	118.523
Movimentação												
Adições	74.471	627	582	787	136	46	106	0	2.101	0	2.525	81.380
Baixas	(73.345)	(627)	(1.819)	0	0	0	(2)	0	(676)	0	(2.524)	(78.992)
Depreciação	(37.722)	0	(1.093)	(248)	(44)	(74)	(26)	0	0	(25)	(2)	(39.235)
Baixas de depreciação	36.011	0	1.316	0	0	0	2	0	0	0	0	37.329
Provisão Perdas por Desvalorização	(19)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(19)
Reversão de Provisão de Perda	31	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31
Saldo em 31 de dezembro de 2023												
Custo ou custo atribuído (****)	116.579	40.327	13.047	4.208	1.952	1.411	406	945	2.104	637	298	181.912
(-) Depreciação acumulada	(47.002)	0	(9.357)	(2.195)	(1.667)	(1.206)	(231)	(945)	0	(210)	(73)	(62.886)
Líquido	69.577	40.327	3.690	2.013	285	205	174	(0)	2.104	426	225	119.026

(*) Em 2023 refere-se às obras de reconstrução da Portaria 1, Sanitários GP 04, Construção PL 04 e Rampa P4

(**) Refere-se à revitalização do Horto Shopping Ouro Verde.

(***) No saldo desta linha está deduzido o saldo acumulado de Impairment, de R\$ 223.

(****) Nesta coluna está inserido o saldo da conta Imobilizado a Setorizar, no valor de R\$ 219.

a) Ajustes de avaliação patrimonial (em milhares de reais)

A mais valia reconhecida na avaliação patrimonial do exercício de 2010 aumentou o patrimônio em R\$ 154.604. Em 2015 e 2022 nova avaliação foi realizada, porém apenas o Impairment foi reconhecido de acordo com as normas contábeis.

b) Redução ao valor recuperável de Ativos

Para o exercício de 2023 não houve necessidade de alteração nas provisões para perda por desvalorização dos itens do imobilizado, salvo a reversão do valor que correspondia a antiga Portaria 1 que foi demolida devido a construção em andamento de um novo edifício.

10 Intangível (em milhares de reais)
a) Direito Uso, Marcas e Patentes

	2023	2022
Início do exercício		
Bens em operação	250	239



(-) Amortização acumulada	(188)	(166)
Saldo líquido no início do exercício	62	73
Movimentações do exercício		
Adições	17	17
Baixas	0	0
Amortização	(21)	(21)
Baixas de amortização	0	0
Final do exercício		
Bens em operação	251	250
(-) Amortização acumulada	(209)	(188)
Saldo líquido ao final do exercício	42	62

b) Intangível em Desenvolvimento em andamento

Em 2023 iniciou-se o desenvolvimento de um Software denominado DEVCEASA para apoio à Gerência de Mercado, o qual está sendo realizado por um colaborador do departamento de informática.

11 Fornecedores (em milhares de reais)

	2023	2022
Convênio - Programa de Alimentação Escolar	705	753
CEASA - Permissão de Uso	763	885
Convênio - Banco Municipal de Alimentos	3	15
Saldo Fornecedores a pagar	1.471	1.653

Representa os compromissos assumidos junto a terceiros pela contratação de serviços e aquisição de materiais para uso no ciclo operacional da Companhia bem como pela aquisição de Imobilizado/Intangível.

12 Impostos, salários e encargos sociais (em milhares de reais)

a) Impostos:

Em 31 de dezembro de 2023 a companhia apresentava saldo de impostos a recolher no valor de R\$ 752. Correspondente a IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, COFINS, IRRF sobre folha de pagamento e retenções sobre notas fiscais de terceiros. Em 2022 o saldo deste grupo era de R\$ 1.753.

b) Salários e encargos sociais:

Em 31 de dezembro de 2023 a companhia apresentava saldo de salários e encargos sociais a pagar no valor de R\$ 3.183, referente INSS/FGTS a recolher, transporte funcionários e provisão de férias de funcionários. Em 2022 o saldo deste grupo era de R\$ 2.431.

13 Outras contas a pagar (em milhares de reais)



a) Valores de terceiros:

Em 31 de dezembro de 2023 a companhia apresentava saldo referente à caução de contratos de prestação de serviços a realizar no valor de R\$ 2 e R\$ 3 em 2022.

b) Outras contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2023 a companhia apresentava saldo referente a mensalidades e repasse de associações (ASSOCEASA e APROCCAMP), e provisão de despesas no valor de R\$ 1.364. Em 2022 o saldo deste grupo era de R\$ 1.248.

14 Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido (em milhares de reais)**a) Ativo fiscal diferido**

Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, sobre as diferenças temporárias.

	Nota	2023	2022
Diferença temporária			
Provisão para contingências	15	841	804
Imposto de renda e contribuição social diferido		286	261

A movimentação da tributação diferida em 2023 foi R\$ 25 e R\$ 120 em 2022.

b) Passivo fiscal diferido

Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, sobre ajuste de avaliação patrimonial, constituído em 1º de dezembro de 2010.

	Nota	2023	2022
Ajuste de avaliação patrimonial			
Custo atribuído (mais valia)	9.a	154.604	154.604
(-) Depreciação acumulada (mais valia)		(49.195)	(47.799)
Reversão Custo atribuído (mais valia) ref. Baixas		(224)	(168)
Provisão de Desvalorização do custo atribuído		(111)	(122)
(=) Ajuste de avaliação patrimonial - líquido		<u>105.074</u>	<u>106.515</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferido		35.725	36.215

A movimentação da depreciação acumulada referente ao custo atribuído no exercício de 2023 foi de R\$ 1.395 e R\$ 2.895 em 2022, consequentemente a movimentação da tributação diferida em 2023 foi R\$ 489 e R\$ 1.077 em 2022.



15 Depósitos judiciais e provisões (em milhares de reais)

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para todos os processos judiciais em aberto, classificados como perda provável, nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho de processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento.

Adicionalmente, informamos que o saldo está composto pelos valores atualizados dos processos em dezembro de 2023.

	2023							2022
	Perspectiva de perda				Dep. judiciais			
	Remota	Possível	Provável	Total	Provisão	relacionados	Líquido	Líquido
Trabalhistas - CEASA	1.931	561	-	2.492	-	(91)	(91)	(137)
Trabalhistas - Terceiros	2.830	26.241	841	29.912	841	(2.162)	(1.321)	(679)
Cíveis	367	9.042	-	9.409	-	-	-	-
Tributários (Federal)	-	419	-	419	-	(204)	(204)	(185)
	5.128	36.263	841	42.232	841	(2.457)	(1.616)	(1.001)

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Trabalhistas	Cíveis/Tributários	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	319	96	415
Provisões constituídas durante o exercício 2022	961	-	961
Provisões revertidas durante o exercício 2022	(476)	(96)	(572)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	804	-	804
Provisões constituídas durante o exercício 2023	631	-	631
Provisões revertidas durante o exercício 2023	(594)	(-)	(594)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	841	-	841

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:




Ativo não circulante

Depósitos judiciais relacionados a provisões para contingências

	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.668	136	1.804
Baixas em 2023	(365)	(-)	(365)
Novos depósitos/Atualização em 2023	<u>1.018</u>	-	<u>1.018</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.321	136	2.457

a) Trabalhistas – CEASA / Indenizações judiciais a pagar

O saldo é representado por processos movidos por ex-funcionários da Companhia, que pleiteiam verbas de natureza trabalhista e indenizatória, como estabilidade no emprego, dano moral, entre outras.

Há ainda outros processos julgados como perdas possíveis, de acordo com decisão da equipe jurídica que analisa tais riscos em conjunto com a administração, cujas estimativas atualmente não são praticáveis, sendo divulgadas como meras expectativas de passivo contingente.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía valor para provisões para contingências classificadas como de perda provável referente aos processos de natureza trabalhista – Ceasa, enquanto em 2022 o valor era de R\$ 60.

Em 31 de dezembro de 2023 havia R\$ 91 em depósitos judiciais relacionados a discussões de perdas prováveis, possíveis e remotas.

Quanto aos acordos já firmados, o de maior relevância está separado entre Passivo Circulante e Não Circulante na conta de Indenizações Judiciais a Pagar para o parcelamento acordado em 2019 no processo 000165-97.2012.5.15.0094 referente a indenização por dano moral coletivo. O pagamento destas parcelas encontra-se suspenso desde maio/2021, com amparo legal, devido as novas negociações que aguardam desfecho judicial.

b) Trabalhistas – Terceirizadas

O saldo é representado por processos movidos contra empresas prestadoras de serviços contratadas pela Companhia, que responde subsidiariamente. Alguns são referentes à contratos para atendimento ao Programa Municipal de Alimentação Escolar, onde a Prefeitura de Campinas também é citada nos processos como parte reclamada e outros em sua maioria relacionados com a empresa prestadora de serviços na área de vigilância patrimonial, em que o serviço é prestado nos mercados localizados na Rod. Dom Pedro I e Horto Shopping Ouro Verde.

Desde outubro/2023 a contratação de mão de obra utilizada no preparo de refeições nas escolas atendidas pelo Programa Municipal de Alimentação Escolar passou a ser realizada diretamente pela Prefeitura de Campinas.



Para minimizar os problemas com ações trabalhistas de funcionários terceirizados, a gestão atual criou um departamento subordinado ao jurídico, que dentre suas funções auxilia os gestores no acompanhamento de contratos nos quais há maior demanda de mão de obra.

O departamento jurídico obteve êxito no exercício de 2023 em recursos enviados ao STJ para afastar a responsabilidade subsidiária em alguns dos processos em que foi citado como um dos reclamados.

Há ainda outros processos julgados como perdas possíveis, de acordo com decisão da equipe jurídica que analisa tais riscos em conjunto com a administração, cujas estimativas atualmente não são praticáveis, sendo divulgadas como meras expectativas de passivo contingente.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu como provisões para contingências aquelas discussões classificadas como de perda provável, no montante de R\$ 841 e R\$ 744 em 2022.

Em 31 de dezembro de 2023 havia R\$ 2.161 em depósitos judiciais relacionados a discussões de perdas prováveis, possíveis e remotas.

c) Cíveis/Tributários

Alguns casos referem-se a ações de cobrança movidas pela CEASA à permissionários ou ex-permissionários da Companhia.

De acordo com as práticas contábeis adotadas do Brasil e conforme Normativa emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em seu pronunciamento nº 25 (CPC 25), item 86, a Companhia informa que o processo 0022864-45.2004.8.26.0114 possui classificação de risco possível de acordo com a decisão da equipe jurídica que analisa tais riscos em conjunto com a administração, devido a possibilidade de acordo ou mudanças no andamento do processo e para tanto seu valor corresponde ao total divulgado como processos de risco possível.

Há ainda outros processos julgados como perdas possíveis, de acordo com decisão da equipe jurídica que analisa tais riscos em conjunto com a administração, cujas estimativas atualmente não são praticáveis, sendo divulgadas como meras expectativas de passivo contingente.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía valor para provisões para contingências classificadas como de perda provável referente aos processos de natureza cível e tributários da esfera Federal, assim como em 2022.

Em 31 de dezembro de 2023 havia R\$ 204 em depósitos judiciais relacionados a discussões de perdas prováveis, possíveis e remotas.

16 Patrimônio líquido (em milhares de reais)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é composto por 856.222 em ações ordinárias ou comuns, todas nominativas, sem valor nominal, distribuídas como segue:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

Em 2023 a companhia registrou despesas administrativas no valor de R\$ 16.684 e R\$ 13.808 em 2022.

O acordo coletivo do exercício de 2023 não foi concluído até a presente data, entretanto, em comum acordo com o Sindicato da categoria, o reajuste salarial de 4,82% foi pago em dezembro/2023, retroagindo à novembro/2023, data base do dissídio.

Diante da importância de destinar corretamente materiais recicláveis e evitar a poluição visual e do meio ambiente, além do fato de que a CEASA Campinas deve cumprir medidas fitossanitárias garantindo a segurança alimentar e nutricional, em Abril/2023 foi renovado contrato com a Cooperativa de Produção dos Profissionais em Coleta, Manuseio e Comercialização de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis Unidos na Vitória, CNPJ: 09.273.572/0001-19. O Contrato prevê a prestação de serviços de coleta seletiva solidária e triagem de materiais recicláveis no interior da CEASA Campinas - Planta Dom Pedro (Mercados Hortifrúti e Flores) cujo valor global do contrato é de R\$ 208.153,38 com prazo de 12 meses (R\$ 17.346,11/mensal).

Benefícios a empregados

A Companhia não possui planos de previdência privada caracterizados como plano de benefício definido. A Companhia fornece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, cartão vale alimentação, cartão vale refeição, vale transporte, formação profissional e uniforme. No exercício de 2023 os benefícios acima representaram a aplicação de R\$ 2.652 e R\$ 2.437 em 2022, correspondentes respectivamente, 2,68% e 2,41%, de sua receita operacional líquida.

O acordo coletivo do exercício de 2023 não foi concluído até a presente data, entretanto, em comum acordo com o Sindicato da categoria, o reajuste sobre os vales alimentação e refeição foi de 10%, tendo o pagamento ocorrido em dezembro/2023, retroagindo a novembro/2023, data base do dissídio.

Remuneração da Administração

Em 2023, a remuneração da administração, que contempla a Direção, Conselho Fiscal e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$ 1.943 e R\$ 1.794 em 2022, e inclui salários e honorários.

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Estatuto Social que foi sujeita à aprovação da assembleia geral, conforme determina a lei 6.404/76.

A remuneração dos executivos está limitada a remuneração do Prefeito da cidade de Campinas. A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal corresponde a 25% da remuneração dos Diretores, conforme 67º AGE de 12/09/2019.

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, com os montantes de janeiro a dezembro de 2023 e 2022 foram registrados na rubrica "Remuneração Diretoria e Remuneração dos Conselheiros", respectivamente, conforme demonstrado abaixo:

	2023	2022
Remuneração Diretoria	908	809
Remuneração Conselho Fiscal e Conselho Administração	<u>1.035</u>	<u>985</u>
	1.943	1.794



	Quantidade de quotas	%
Prefeitura Municipal de Campinas	856.221.446	99,9999
Outros	<u>870</u>	<u>0,0001</u>
	856.222.316	100,00

b) Retenção de lucros

O saldo remanescente dos lucros acumulados em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 1.547 após descontados do resultado positivo de R\$ 626 os efeitos da amortização e tributação diferida sobre o ajuste de avaliação patrimonial, compõe o saldo da conta reserva de lucros e integrará a proposta de destinação de resultados a ser deliberado pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, como retenção de lucros, em linha com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

A Lei Municipal nº 16.393 de 24/05/2023 autorizou o repasse de recurso orçamentário pelo Poder Executivo no valor R\$ 10.000.000,00 para aumento do capital para investimentos dessa Companhia, o qual foi realizado em duas parcelas de igual valor nos dias 28/07/2023 e 21/12/2023. Em 2024 tal valor será integrado ao Capital Social da companhia após os devidos tramites societários previstos na Lei Federal nº 6.404/76.

17 Provisão para imposto de renda e contribuição social (em milhares de reais)

a) Corrente

	2023			2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	1.598	2.157		929	1.511	
(+) Adições						
Permanentes	4.951	4.392		4.447	3.865	
Temporárias	1.153	1.153		2.602	2.602	
(-) Exclusões						
Permanentes	(1.485)	(1.485)		(1.513)	(1.513)	
Base de cálculo	6.217	6.217		6.465	6.465	
Imposto de renda 15% + adicional 10%	(1.530)	-		(1.592)	-	
Contribuição social 9%	-	(560)		-	(582)	
Deduções legais	<u>59</u>	=		<u>65</u>	=	
Total imposto de renda e contribuição social	(1.471)	(560)	(2.031)	(1.527)	(582)	(2.109)

Após apuração dos impostos em Dez/23, a diferença entre o valor pago e devido de IRPJ foi reconhecida no ativo como valor a restituir/compensar para o exercício seguinte.



b) Diferido

	Nota	2023	2022
Diferenças temporárias movimento período	14.a	25	120
Realização do custo atribuído (<i>deemed cost</i>)	14.b	<u>475</u>	<u>984</u>
		500	1.104

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possuía saldo de prejuízo fiscal nem saldo remanescente de períodos anteriores. Em 31 de dezembro de 2023 não havia saldo referente a base fiscal de contribuição social sobre o lucro líquido nem saldo remanescente de períodos anteriores.

Em 2023 a Companhia constituiu tributos diferidos sobre as diferenças temporárias.

18 Receita operacional líquida (em milhares de reais)

	2023	2022
Receita operacional bruta		
Prestação de serviços - Permissão de uso - CEASA	20.440	19.345
Repasse de convênios - Prefeitura de Campinas (nota 7)	<u>80.224</u>	<u>83.504</u>
	100.664	102.849
Impostos	(1.891)	(1.789)
Devoluções e cancelamentos	(-)	(-)
Receita operacional líquida	98.773	101.060

Em 2023 a companhia registrou receita líquida de R\$ 98.773 (R\$ 101.060 em 2022), onde 20,3% se refere ao permissionamento de área e 79,7% refere-se aos repasses da Prefeitura Municipal de Campinas para operacionalização dos convênios da Alimentação Escolar e Banco Municipal de Alimentos.

19 Despesas administrativas (em milhares de reais)

	2023	2022
Despesas líquidas de pessoal	(9.752)	(7.969)
Despesas líquidas de serviços	(4.305)	(3.247)
Despesas líquidas de material de consumo	(468)	(360)
Despesas líquidas tributárias	(319)	(311)
Despesas líquidas administrativas	(1.745)	(1.953)
Reversões (constituição) de provisões	(95)	31
Doações e Patrocínios	(-)	(-)
	(16.684)	(13.808)



20 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

21 Demonstração do EBITDA (em milhares de reais)

O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos diretos, depreciações e amortizações) é utilizado como indicador para aferição do desempenho econômico-financeiro.

Esse indicador não é medida prevista nas normas contábeis brasileiras e não faz parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente não foi analisada pelos nossos auditores independentes. Adicionalmente, esse indicador não deve ser analisado isoladamente, deve ser avaliado em conjunto com as demonstrações financeiras, as quais são apuradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Abaixo, está demonstrada a apuração do EBITDA da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Lucro / (Prejuízo) do exercício	626	506
Imposto de renda e contribuição social - corrente	2.031	2.109
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(500)	(1.104)
Depreciação/amortização	<u>1.977</u>	<u>3.650</u>
EBITDA	4.134	5.161

22 Exigibilidade Suspensa

	2023	2022
ICMS - Tarifas TUST e TUSD (energia elétrica)	1.453	977
PIS/PASEP e COFINS	156	156
Contribuição Previdenciária - Terceiros	<u>2.330</u>	<u>1.364</u>
	3.939	2.498

Provisões referentes aos processos nº 5002214-71.2020.4.03.6105, 1031693-70.2019.8.26.0114 e 5010715-48.2019.4.03.6105.

23 Instrumentos financeiros e riscos operacionais (em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os instrumentos financeiros registrados no balanço estão representados principalmente pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, outros créditos e demais contas a pagar, conforme descrito a seguir. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros na forma de derivativos, hedges ou similares.

Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CP' and 'ISA'.

	2023	2022
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalente de caixa (nota 5)	23.317	12.576
Contas a receber (nota 6)	5.488	4.636
Outros créditos (circulante)	1.031	996
Passivos financeiros		
Fornecedores (nota 11)	1.471	1.653
Transações com partes relacionadas (não circulante) (nota 7)	3.477	1.893
Demais contas a pagar (nota 13)	1.364	1.248

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas (permissão de uso) e de operações com instituições financeiras. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes para sua aceitação como permissionários e efetua aplicações financeiras somente em instituições financeiras de primeira linha.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus ativos no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como fundos de investimento e CDI), e mantém acompanhamento permanente do mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra risco de volatilidade dessas taxas.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia possui aplicações financeiras indexadas pelo CDI. A análise da sensibilidade para cenários adversos, deterioração da taxa do CDI em 25% e 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração) está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade

Valores atrelados ao CDI

	Cenário Atual	Cenário I – 25%	Cenário II – 50%
Taxa anual da Selic no período	13,03%	9,77%	6,51%
Ativo - Aplicações financeiras	23.271	23.271	23.271
Rendimento Previsto	3.031	2.273	1.515
Efeito no rendimento	-	(757)	(1.515)

Diretoria Executiva




Valter Aparecido Greve
Diretor Presidente




Jose Guilherme Lobo
Diretor Administrativo e Financeiro



Claudinei Barbosa
Diretor Técnico Operacional



Carolina Baldoechi
Contadora
CRC. 1SP.337.450/O-9



Juliana de Fátima Crivellaro Aleixo
Coordenadora – Contabilidade
CRC. 1SP.300.942/O-6



Wilson Antonio Fornaro
Gerente Financeiro e Contábil
CRC. 1SP.121.654/O-2